



A CONSTRUÇÃO DE DIÁLOGOS ATRAVÉS DE OFICINAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Rhyrilly Pâmella Ribeiro da Silva ¹

Discente de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: pamella.ht@hotmail.com

Gabriel Ferreira da Silva ²

Discente de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: gabrielfesi@gmail.com

Maria Laryssa Cordeiro Bezerra ³

Discente de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: laryssa_bzerra@hotmail.com

Alyne Alvarez Silva ⁴

Professora Dra. da Universidade Federal de Campina Grande, Orientadora. E-mail: alvarezalyne@gmail.com

RESUMO

O presente artigo objetiva apresentar problematizações acerca da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), especificamente aquela voltada para adolescentes que entraram em conflito com a lei e cumpriram medida socioeducativa em meio aberto. As medidas socioeducativas são aplicadas pelo Juiz da Infância e juventude, após a realização do processo legal, em que, leva-se em consideração: a gravidade da situação; o grau de participação e as circunstâncias que ocorreu o ato; a personalidade e a capacidade física e psicológica para cumprir a medida; estas visam proporcionar oportunidades de reflexão sobre o comportamento visando a mudança de atitude. Tais problematizações foram realizadas durante a experiência de estágio de três estudantes de psicologia no Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS, serviço público da Proteção Especial da Política de Assistência Social, localizado na cidade de Campina Grande-PB. Destaca-se que os encontros ocorreram em dois meses e, durante esse período, foi possível coordenar oficinas com o público adolescente que estava em regime de cumprimento das medidas socioeducativas de Prestação de Serviço à Comunidade - PSC e Liberdade Assistida - LA. As oficinas realizadas abordaram os seguintes temas: Apresentação e construção da proposta de trabalho; família; amizade e drogas". Com exceção do tema da primeira oficina, a qual propôs a apresentação de todos os participantes, os demais foram escolhidos pelos próprios jovens. O grupo foi composto por adolescentes com faixa etária de 16 a 21 anos, frequentadores do serviço acima citado. Considera-se a relevância da questão, devido a possibilidade de gerar novas discussões sobre as práticas profissionais e desenvolvimento de novos estudos.

Palavras-chave: Adolescência; Conflito; Medida sócio-educativa;



INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS (1965), a adolescência é definida como um período biopsicossocial, que se apresenta como a segunda década da vida, entre os 10 aos 19 anos. Entretanto, para o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei n. 8.069/1990, este período vai dos 12 aos 18 anos incompletos, e em casos excepcionais e quando disposto na lei, o estatuto é aplicável até os 21 anos de idade (BRASIL, 2013).

Ferreira e Farias (2010), destacam que a adolescência marca um processo de mudanças biológicas da puberdade, estas são universais e visíveis, o que proporciona uma modificação da criança, no que refere-se à altura, forma e sexualidade, que passam a ser semelhantes a de um adulto. Por outro lado, deve-se considerar que os adolescentes apresentam diversidades culturais, sociais, de gênero, raça e classe, o que reflete em distintas atitudes, valores, preferências e filosofias de vida. Apesar de poderem compartilhar de alguns gostos e características semelhantes, as experiências vividas ao longo da vida, marcam os sujeitos de forma singular (FERREIRA E FARIAS, 2010).

A Política Nacional de Assistência Social trata-se de uma política pública, que configura-se numa perspectiva socioterritorial. Ela tem como objetivo reconhecer a dinâmica que atravessa o cotidiano das populações, buscando tornar visível os setores da sociedade que eram tidos como invisíveis ou excluídos, dentre eles: as populações de rua, indígenas, **adolescentes em conflito com a lei**, pessoas com deficiência, quilombolas, idosos (PNAS, 2005).

Destaca-se que dentro da PNAS, encontram-se outras políticas que asseguram a garantia de direitos dos sujeitos. Dentre elas, tem-se a Política Nacional de Assistência Social na Perspectiva do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, esta possui um modelo de gestão participativo e descentralizado, que tem por objetivo organizar e regular as ações socioassistenciais em todo o território brasileiro. O foco prioritário da política é a atenção as famílias, que espera-se como resultados a garantia de direitos de cidadania e inclusão social (PNAS, 2005).

No que refere-se a efetivação de direitos dos adolescentes, pode-se destacar o Sistema de Garantias de Direitos (SGDA), que junto a órgãos públicos e a organizações sociais, exercem algumas funções, dentre elas: a Promoção dos direitos humanos. Esta é operacionalizada através do desenvolvimento da “política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente”, que desenvolve



estrategicamente, de maneira transversal e intersetorial, articulando todas as políticas públicas (infra-estruturantes, institucionais, econômicas e sociais) e integrando suas ações, na busca de garantia integral dos direitos de crianças e adolescentes. O desenvolvimento dessa política implica na satisfação das necessidades básicas de crianças e adolescentes pelas políticas públicas, sendo uma garantia de direitos humanos e um dever do Estado, da família e sociedade.

Destaca-se assim, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que caracteriza-se como instituição pública e estatal que possui uma abrangência regional ou municipal, possui como principal objetivo constituir-se em lócus de referência, nos territórios, na oferta de trabalho especializado, atuando com os indivíduos e famílias em situação de risco pessoal ou social e violação de direitos. O CREAS tem como competência: ofertar e referenciar serviços especializados para os indivíduos e familiares, em situação de risco; gestão de processos de trabalho, incluindo a coordenação técnica e administrativa da equipe, o monitoramento, planejamento e avaliação das ações que são desenvolvidas. Além disso, deve manter um relacionamento com a rede (CREAS, 2012).

Destaca-se que a atuação dos estagiários ocorreu em apenas dois meses e, durante esse período, foi possível desenvolver as oficinas com o público adolescente que estava em regime de cumprimento das medidas socioeducativas de Prestação de Serviço à Comunidade - PSC e Liberdade Assistida - LA.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no artigo 112, destaca que ao ser verificada a prática de ato infracional, poderá ser aplicado ao adolescente, pela autoridade competente as medidas a seguir: I – advertência; II – obrigação de reparar o dano; III – prestação de serviços à comunidade; IV – liberdade assistida; V – inserção em regime de semiliberdade; VI – internação em estabelecimento educacional; Série 54 Legislação VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI (ECA, 2014).

As medidas socioeducativas são aplicadas pelo Juiz da Infância e juventude, após a realização do processo legal, em que, leva-se em consideração: a gravidade da situação; o grau de participação e as circunstâncias que ocorreu o ato; a personalidade e a capacidade física e psicológica para cumprir a medida; estas visam proporcionar oportunidades de reflexão sobre o comportamento visando a mudança de atitude. Durante todo o procedimento, tem-se a participação e fiscalização do Ministério Público (MARTINS, 2000).

Segundo Martins (2000), a Prestação de Serviço à Comunidade, é uma medida que, ao ser bem aplicada, pode oportunizar ao adolescente a



formação de valores e atitudes construtivas, tendo uma participação solidária no trabalho desenvolvido nas instituições. Destaca-se que para a mesma ser possível, é necessário o envolvimento da comunidade, da família, das organizações governamentais e não governamentais.

No que se refere à Liberdade Assistida, esta tem se mostrado a medida socioeducativa de maior eficácia, uma vez que, possibilita vivenciar o cotidiano dos adolescentes que são acompanhados. Além disso, ela possibilita uma estreita articulação e integração com órgãos, e entidades governamentais e não-governamentais que desenvolvem atividades na área da infância e juventude (MARTINS, 2000).

O presente trabalho teve como objetivo desenvolver, apresentar e discutir de forma reflexiva uma experiência vivenciada por estagiários de psicologia com um grupo de adolescentes de um CREAS, sendo possível discutir, problematizar e construir possibilidades a partir de vivências e perspectivas de futuro dos próprios adolescentes. Vale ressaltar, que a construção do trabalho está articulada com a política de Garantia de Direitos dos Adolescentes. Considera-se a relevância da questão, por ser uma temática pouco discutida no que refere-se adolescentes em conflito com a lei, além de possibilitar novas discussões sobre as práticas profissionais e desenvolvimento de novos estudos.

MÉTODO

As oficinas foram realizadas com um grupo de jovens de ambos os sexos, com idades entre 15 e 21 anos, frequentadores do CREAS, localizado na cidade de Campina Grande - PB. Os encontros contaram com aproximadamente sete a dez participantes, havendo predominância do sexo masculino. Estes foram coordenados por três estagiários de psicologia da Universidade Federal de Campina Grande - PB, realizados semanalmente, com duração de uma hora e meia, totalizando 4 oficinas.

Em cada oficina foi trabalhado um tema, no primeiro encontro este foi proposto pelos estagiários com o intuito de ser mais abrangente e possibilitar um espaço de acolhimento para os usuários do serviço, os demais partiram do interesse e escolha dos próprios adolescentes. Foi possível realizar oficinas com as seguintes temáticas: “apresentação e construção da proposta de trabalho”; família; amizade e drogas”.

Durante a realização dos encontros foram realizados registros (através de diário de campo e observação participante). Frente às observações ressalta-se a importância do uso de um diário de campo, entendido por Minayo (2008),



como um instrumento de apoio no qual o pesquisador pode recorrer em qualquer momento da rotina do trabalho realizado, uma vez que, nele foram colocadas os questionamentos, percepções, inquietações e informações obtidas em campo.

Utilizou-se também a Análise Institucional para refletir sobre os processos de institucionalização: relação entre forças instituintes e práticas instituídas; análise de implicação; sobreimplicação; desnaturalização das práticas cristalizadas e enrijecidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o período de estágio no CREAS, foi possível acompanhar um pouco do trabalho que a psicóloga da instituição desenvolvia no serviço. Realizou-se estudos de caso e a discussão destes, construção de relatórios, acompanhamento de visitas domiciliares e nas instituições em que as PSC são realizadas (como escolas, postos de saúde, quadra esportiva e hospital), além de outros dispositivos que foram acionados para os usuários do serviço, como por exemplo, Casa da Cidadania e marcação de consulta em posto de saúde.

Percebe-se assim, que o trabalho desenvolvido no CREAS, possibilita a efetivação da articulação em rede, assim como, as políticas de Assistência preconizam. Neste sentido, o profissional da Psicologia, necessita compreender o sujeito no contexto biopsicossocial, uma vez que, este se implica no contexto social em que vive. A atuação do profissional deve respeitar a singularidade de cada caso, priorizando as necessidades de cada pessoa, tomando decisões em conjunto com o sujeito e sua família, para que este se implique no processo.

A atuação profissional no contexto do CREAS (2013), deve-se pautar inicialmente por uma acolhida, sendo de fundamental importância que o técnico de referência que realize o atendimento possua uma escuta despretensiosa e sem julgamento frente as queixas que o sujeito traga. Tem-se que o contato inicial apresenta-se como um momento de estabelecer os vínculos necessários entre sujeito e profissional, sendo possível trabalhar os desdobramentos do processo e as questões que surgem durante o cumprimento da PSC ou LA.

Salienta-se a importância da construção do Plano Individual de Atendimento (PIA), que deve ser elaborado pela equipe técnica da unidade de atendimento, tendo como base a participação do adolescente e de sua família, além disso, os relatórios e pareceres das equipes de outros órgãos públicos, programas e entidades que estejam envolvidos no processo (PIA, 2017).

O PIA (2017), visa que a ação socioeducativa desenvolvida respeite as fases do desenvolvimento integral do adolescente, levando em



consideração sua singularidade, subjetividade, potencialidades, limitações e capacidades, garantindo uma articulação com o seu contexto social, durante seu acompanhamento. Tem-se assim, como principal objetivo garantir a compreensão de cada sujeito de forma singular, tendo um plano construído com ele e para ele.

Desse modo, foi possível compreender como funciona a dinâmica do trabalho realizado com os adolescentes da referida instituição sendo possível pensar na construção de oficinas que possibilitassem um espaço de escuta e acolhimento para os mesmos.

O primeiro tema foi proposto pelos estagiários(as) de psicologia, com o objetivo de apresentar e construir juntamente com os adolescentes uma proposta de trabalho. A oficina foi: “a delícia de ser quem somos”, realizada no dia 09 de março de 2017, nas dependências do CREAS II.

A programação neste dia iniciou-se às oito horas e 30 minutos, a abertura foi realizada pelo Coordenador do Serviço, em seguida, apresentaram-se todos os profissionais presentes no local no turno da manhã, além dos estagiários de Psicologia (que facilitaram a oficina) e uma estagiária de Serviço Social (ouvinte).

As atividades foram realizadas da seguinte forma: inicialmente foi colocado uma música (instrumental), e os adolescentes e jovens que encontravam-se no serviço foram orientados a caminhar em sala, ocupando todo o espaço disponível e seguindo as seguintes instruções: soltar/ balançar bem os braços, sacudir os ombros, fechar os olhos e caminhar com cuidado para não esbarrar no outro e por fim, abrir os olhos e formar um círculo.

Em seguida, foi solicitado que os mesmos se olhassem e se observassem, percebendo as características que os mesmos possuem em comum e aquelas que são distintas. Foram feitos alguns questionamentos:

1. Quais são as principais semelhanças e diferenças nesse grupo?
2. Porque muitas pessoas se vestem e se comportam de maneira semelhante?
3. As diferenças nos distanciam ou nos aproximam um(a) dos (as) outros(as)? Como é isso na sociedade no geral?

Após os questionamentos e reflexão feita por parte das pessoas que estavam ali presente, foi realizada a divisão de dois grupos (grupo A. 4 componentes e grupo B. 5 componentes). O grupo 1 foi orientado a construir uma história para uma adolescente de 13 anos, e o grupo 2 a história de um jovem de 18 anos. Durante a realização da oficina foi disponibilizado para ambos os grupos os seguintes materiais: Cartolina, lápis hidrocor e de pintar, revistas, cola e canetas.



Todos foram orientados que na construção da história da adolescente e do jovem deveriam constar os seguintes elementos: quais são as pessoas que compõem a família dessa pessoa? A escola em que estuda; Como é o seu grupo de amigos? Como essa pessoa se vê e o que mais gosta de fazer?

Ambos os grupos foram informados que a construção poderia ser feita da maneira que achassem mais conveniente, e após a confecção dos cartazes (histórias), eles teriam um momento para compartilhar com o grupo como foi a realização desse trabalho.

Após o compartilhamento das histórias presentes nos cartazes, foi o momento de ser trabalhado com as falas que os mesmos trouxeram. Surgiram temas como perspectiva de futuro, trabalho, sonhos, a importância da família e da escola.

Em seguida, foi aberto um espaço para que os mesmos falassem sobre a experiência com a oficina, a qual foram colocações positivas sobre a dinâmica realizada. Além disso, os mesmos foram questionados sobre qual tema poderia ser trabalhado no próximo encontro, o grupo sugeriu como tema: FAMÍLIA. Agradecemos a participação de todos e demos por encerrada a oficina.

O segundo encontro com os adolescentes foi realizada no dia 16 de março de 2017, também nas dependências do CREAS II, teve como tema: Família, conforme acima citado. Foi proposto ao grupo um momento intitulado como “gesto que cuidado”, consistiu na realização de um círculo entre todos os participantes, em que, todos estariam de pé e sem o uso da fala, realizariam um gesto de cuidado no outro. Destaca-se que neste dia, só estavam presentes adolescentes/jovens do sexo masculino, e o gesto preponderante foi o aperto de mão.

No segundo momento, foi entregue uma folha de ofício e lápis para que os mesmos desenhassem a família ou colocassem o nome das pessoas que moram com ele. Em seguida, foi solicitado que estes falassem sobre essas pessoas e a relação que possuem com elas.

Pode-se dizer, que foi o encontro em que os adolescentes mais se colocaram, trouxeram como essa família o percebe, os planos futuros, os sonhos, as perspectivas de mudança, os desejos, como querem que os familiares o enxergue, a importância de ter essas pessoas por perto.

No terceiro encontro, discutiu-se sobre a amizade. Foi realizado uma dinâmica sobre: “A troca de um segredo”, em que, todos eles pegaram um pedaço de papel e lápis, e foi solicitado que eles escrevessem um problema. Foi informado que ninguém precisaria se identificar, a não ser que desejasse. Após escrever sobre o problema, os papéis iriam ser colocados numa caixa e cada um pegaria o problema



do outro, que a partir daquele momento passaria a ser da pessoa que o pegou e seria necessário pensar em uma possível solução. Destaca-se que nem todos participaram da dinâmica.

Após pegarem o novo problema, foram divididos em três grupos para que em conjunto pudessem pensar na solução. O tema que teve maior recorrência foi estudo e trabalho.

Nesse sentido, foi possível refletir sobre a realidade nos usuários do serviço, que possuem uma grande dificuldade em relação aos estudos (a maior parte dos adolescentes presentes na oficina não possui o ensino fundamental completo). Então refletiu-se quais as possibilidades de ingressar novamente na escola, de possuir um trabalho e alcançar os objetivos que foram mencionados.

No quarto encontro, discutiu-se sobre o tema: “drogas”. A princípio, foi utilizado a técnica do nó humano, uma espécie de aquecimento antes de iniciar a discussão sobre o tema sugerido, para facilitar maior integração e confiança entre o grupo.

Após esse momento, foi realizado à exibição de um vídeo. Para a escolha deste, contamos com o apoio do Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Drogas - NUD/UFCG, que sugeriu o vídeo “Crack repensar”. Porém, este não foi aprovado pelo serviço, sendo sugerido um documentário também sobre o crack, com roteiro elaborado, realizado por adolescentes participantes de um CREAS como parte de oficina de enfrentamento ao crack.

Destaca-se que existe uma grande diferença entre os vídeos. O primeiro, é voltado para uma perspectiva da redução de danos, problematiza a guerra às drogas, mostrando como essa guerra, na realidade, se faz contra a pobreza, contra os negros, contra quem não teve durante o decorrer da vida, seus direitos garantidos e respeitados. O segundo, numa perspectiva médica, individualista, problematiza o uso do crack através do relato dos efeitos nocivos da droga, apontando a dependência química, atendimento ambulatorial, internação compulsória, residências terapêuticas, enfim, maneiras de (sic.) “limpar o usuário para ver o que sobrou” (termos utilizados durante o documentário).

Frente essa breve diferenciação entre as obras, pode-se problematizar o porquê da substituição. O documentário sugerido foi exibido e os estagiários estavam com os jovens assistindo-o, após o término levantou-se questões sobre o que havia sido retratado no vídeo, com o objetivo de desconstruir noções legitimadas, como por exemplo: a culpabilização individual pelo uso de drogas, de associação do usuário de drogas com um ‘doente que precisa de tratamento para voltar a ser humano’ – porque quem usa crack deixa de ser gente –. Buscou-se construir naquele momento reflexões sobre



a perspectiva da redução de danos, propiciar um espaço que vai na contramão de uma culpabilização ou punição pelo uso de drogas, uma troca de experiências sobre as pessoas que fazem uso de drogas. Esse momento foi realizado após a exibição do documentário e fala da psicóloga do serviço, onde pode-se observar a reprodução de um discurso de culpabilização individual pelo uso de drogas. Nesse sentido, pode-se tomar como base a Análise Institucional para refletir sobre um lugar de saber legitimado e repensar possibilidades, diante de uma demanda que na sua maioria, está cercada por um contexto em que a droga está presente.

Após essa explanação, foi esclarecido que a função dos estagiários naquele serviço não seria punitiva e que nada sobre aquele momento seria utilizado posteriormente contra os mesmos, que as falas trazidas, ficariam apenas ali, naquele instante, entre nós. Os adolescentes/jovens foram indagados sobre o que eles tinham achado do documentário, o que a droga significaria para cada um, independente de ser ou não usuário, qual a primeira coisa que vinha à mente em se tratando do termo “droga”. Nesse momento, por um tempo o silêncio permaneceu. E ele foi respeitado.

Em seguida, as estagiárias possibilitaram questionamentos sobre o efeito de algumas drogas, lícitas e ilícitas, sobre o proibicionismo, sobre a legalidade de algumas substâncias e os interesses por trás disso, deixando claro que não estávamos fazendo apologia ao uso de drogas, mais possibilitando a construção de um espaço de reflexão acerca de como o uso (ou não uso) de determinada substância afeta o cotidiano das pessoas. Destaca-se que através da fala, deixou-se claro que o objetivo não seria identificar quem seria ou não, usuário de drogas e que naquele momento estava aberto espaço para a fala, de quem sentisse à vontade para tal.

A discussão sobre as “drogas”, marcou o último encontro com os adolescentes/jovens, em que, pode-se despedir-se dos mesmos, além de agradecer a oportunidade de estarem ali naquele momento, construindo novos saberes.

Diante do exposto, vale ressaltar a Análise Institucional, uma vez que esta possibilita analisar as implicações do sujeito, e como são realizadas as diferentes intervenções. Ou seja, o lugar que é ocupado, deve ser analisado, refletindo sobre as práticas de saber-poder enquanto produtoras de verdades e os efeitos que estas produzem, possibilitando uma ruptura na lógica racionalista. Tem-se, que a partir do momento que pretende-se entender as instituições, ela atravessa e constitui os sujeitos. A Análise Institucional busca compreender a análise de implicações, suas motivações, referências, pertenças, histórias e os investimentos produzidos nos encontros, além disso, ela busca dar destaque aos acontecimentos e movimentos que são excluídos e desqualificados, possibilitando colocar em



análise os participantes do trabalho, desnaturalizando o lugar do especialista e desconstruindo a concepção de neutralidade cientista (COIMBRA; NASCIMENTO, 2007).

Destarte, ela nos possibilita refletir sobre as práticas cristalizadas dentro das instituições, como por exemplo, culpabilizar os sujeitos que frequentam o CREAS, e que cometeram algum ato infracional, ou que fazem uso de alguma substância ilícita, desconsiderando assim, o contexto social que aquele sujeito está inserido. Ou seja, busca-se assim, repensar as práticas que são realizadas pelos profissionais nas instituições, os discursos que são reproduzidos, o lugar que estes profissionais ocupam, e romper com alguns modelos já estabelecidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do estágio foi possível perceber a existência da articulação em rede e a importância que a mesma possui, uma vez que, possibilita a efetivação da garantia de direitos dos adolescentes, assim como é preconizado pela Lei. Partindo dessa experiência, foi possível pensar no processo de elaboração das oficinas, que demandou um cuidado no que refere-se a escolha do primeiro tema, assim como, a forma de trabalhar os demais temas propostos pelos adolescentes e as atividades que foram desenvolvidas. Objetivou-se assim, promover o interesse dos participantes do grupo, possibilitando um espaço de fala e escuta.

Durante a realização das oficinas, pode-se perceber uma resistência por parte dos adolescentes, quando tratado sobre a temática da droga. Logo, faz-se necessário repensar as práticas instituintes que ainda existem nos serviços.

Percebe-se que as discussões em grupo das temáticas abordadas, possibilitou uma criação de vínculos entre os adolescentes que estão em regime de PSC e LA, sendo possível ressignificar algumas vivências, e que os mesmos se colocassem enquanto sujeitos que estão inseridos em um contexto social, sendo cada um singular e que possuem direitos.

Desenvolver oficinas com temáticas propostas pelos próprios adolescentes, possibilitou que os mesmos se implicassem no processo de ressignificação de suas medidas, assim como, se perceberem como sujeitos de atuação, sendo possível a construção a partir de suas vivências.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Presidência da República. Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2013.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS.

Referências Técnicas para a Prática de Psicólogos (os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS. Brasília, 2013.

Coimbra, C. M. B., & Nascimento, M. L. Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político? In E. M. M. Arantes, M. L. Nascimento & T. M. G. Fonseca (Orgs.). *in* _____. **Práticas psi inventando a vida.** (pp. 27-38). Niterói, RJ: EdUFF., 2007.

Conselho Federal de Psicologia. **Referências Técnicas para a prática de Psicólogos no Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS)/ Conselho Federal de Psicologia.** Brasília – CFP: 2012.

FERREITA, T. H. S & FARIAS, M. A. **Adolescência através dos Séculos. Psicologia: Teoria e Pesquisa.** Abr-Jun 2010, Vol. 26 n. 2, pp. 227-234

MARTINS, M. A . P. **Manual de Orientação – Medidas Sócio-Educativas Não Privativas de Liberdade.** Secretaria de Cidadania e Trabalho. Superintendência da Criança do Adolescente e da Integração do Deficiente. Goiânia -GO, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento.** 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Especial. Coordenação Geral de Serviços de Acolhimento. **Orientações para elaboração do plano individual de atendimento de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento.** Brasília, abril de 2017.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS.** Brasília, 2005.

World Health Organization. **Physical status: use and interpretation of anthropometry.** Genova: WHO; 1995.